



REPÚBLICA DE ANGOLA

Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

ABERTURA CONFERÊNCIA ANUAL DO CONTEÚDO LOCAL 2026
DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA MINISTRO DIAMANTINO AZEVEDO

Excelências Membros do Governo da República de Angola;
Excelências Senhores Deputados a Assembleia Nacional;
Excelências Governadores Provinciais de Cabinda e do Zaire;
Distintos Presidentes e Membros dos Conselhos de Administração das
Instituições e Empresas Tuteladas e Privadas;
Distintos Senhores Directores Gerais de Empresas;
Senhores Presidentes e Membros das Associações Empresariais do
Sector de Petróleo e Gás;
Distintos Convidados;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;

É com elevada honra que me dirijo hoje aos distintos participantes a esta Conferência sobre o Conteúdo Local do Sector Petrolífero, subordinada ao lema “Conteúdo Local, Um Compromisso Nacional”.

Decorridos mais de cinco anos desde a publicação do Decreto Presidencial n.º 271/20, de 20 de Outubro, que estabelece o regime jurídico do Conteúdo Local no sector petrolífero, a realização deste encontro constitui uma oportunidade privilegiada para, em conjunto, reflectirmos sobre o percurso realizado, avaliarmos os desafios que ainda persistem e partilharmos ideias que permitam consolidar a sua implementação.

Permitam-me, antes de abordar directamente o tema central desta conferência, fazer uma retrospectiva da última década do sector

petrolífero nacional, de modo a contextualizar o momento que hoje vivemos.

Desde 2016, a produção petrolífera de Angola tem registado um declínio acentuado, com reduções anuais estimadas entre 10% a 15%. Este fenómeno resulta da maturidade natural de vários campos petrolíferos e da ausência de processos de licitação regulares e consequente falta de investimento em exploração durante vários anos.

Este contexto coincide igualmente com uma nova realidade energética internacional, caracterizada por maior concorrência entre países produtores, pela emergência de novos actores no mercado global e pela crescente pressão associada à transição energética.

A partir de 2017, sob a liderança de Sua Excelência o Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, o Executivo deu início a um conjunto de reformas estruturantes no sector de hidrocarbonetos, com o objectivo de reforçar a transparência institucional, restaurar a confiança dos investidores e tornar o sector mais eficiente e competitivo.

Entre as medidas adoptadas, destaca-se a criação da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) como Concessionária Nacional para o *Upstream*, a institucionalização do Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo (IRDP) como entidade reguladora dos segmentos *midstream* e *downstream*, bem como a reestruturação da Sonangol, transformando-a numa empresa nacional integrada de energia.

Estas reformas permitiram preservar a presença das principais operadoras internacionais no país, atrair novos investidores como a Petronas e mais recentemente, testemunhamos o regresso da Shell ao sector petrolífero angolano bem como a vinda de várias outras empresas de menor dimensão.

Para mitigar o declínio natural da produção, foram aprovadas as Estratégias de Licitação e de Exploração em 2019 e 2020, respectivamente, que visam dinamizar a actividade exploratória e garantir a sustentabilidade da produção a médio e longo prazo.

Até à data, foram adjudicados 42 blocos petrolíferos, distribuídos pelas bacias do Baixo Congo, Kwanza e Namibe, encontrando-se ainda em fase de submissão e aprovação 30 novas concessões que irão reforçar o dinamismo do Sector.

Entre 2017 e 2025, o sector registou investimentos acumulados na ordem dos 99 mil milhões de dólares. Prevê-se que, entre 2026 e 2030, os investimentos ultrapassem os 66 mil milhões de dólares.

Estes investimentos têm permitido manter a actividade de exploração e de desenvolvimento de campos, com o objectivo primário de assegurar que Angola continue a produzir acima de um milhão de barris de petróleo por dia até “2027” e num horizonte de tempo superior em caso de sucesso nas campanhas de exploração.

Desde 2019, registaram-se avanços importantes com a entrada em produção de projectos relevantes como AGOGO, CLOV Fase 3, Begónia e N’dola Sul.

Relativamente às actividades de exploração, registaram-se, nos últimos anos, importantes descobertas nos Blocos 15, 17 e 1/14, às quais se junta a mais recente descoberta de petróleo no Bloco 15/06, no poço Algaita-01, anunciada a 16 de Janeiro do corrente ano.

Estas descobertas constituem um claro testemunho do elevado potencial em hidrocarbonetos de Angola e reforçam a posição do país como um dos principais produtores de petróleo e gás do continente africano.

No seu conjunto, estimam-se recursos acima de mil milhões de barris de petróleo e cerca de um trilhão de pés cúbicos de gás calculados pelo método determinístico, representando um resultado de grande relevância para o sector e um contributo significativo para o fortalecimento da economia nacional.

Para além de reafirmarem o potencial em hidrocarbonetos do país, estas descobertas abrem novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável do sector petrolífero, constituindo um marco importante para Angola e reforçando a confiança no futuro da sua indústria de petróleo e gás.

Destaca-se igualmente o projecto KAMINHO, no Bloco 20/11, o primeiro desenvolvimento offshore na Bacia do Kwanza. Trata-se de um projecto emblemático que simboliza o novo ciclo de investimento no sector, estando actualmente em fase de construção das suas infraestruturas com participação do estaleiro da Petromar, no Ambriz, e com início de produção previsto para 2028.

Paralelamente ao desenvolvimento de campos de petróleo, o gás natural tem vindo a afirmar-se como um pilar importante para o fomento de novas indústrias do nosso País, como por exemplo, fertilizantes, aço e petroquímica.

Neste contexto, foi aprovada em 2018, a Lei do Gás e em 2024, o Plano Director do Gás, instrumentos estruturantes que criaram as bases legais e premissas para o desenvolvimento de uma indústria do gás em Angola.

Como resultado directo desta política, destaca-se a constituição do Novo Consórcio de Gás (NGC), com o objectivo de desenvolver campos de gás não associado ao petróleo. Actualmente, o consórcio encontra-se a desenvolver os campos Quiluma e Maboqueiro, que deverão fornecer cerca de 330 milhões de pés cúbicos de gás por dia, tendo sido registada a ocorrência do primeiro gás no passado dia 13 de Março do corrente ano. No âmbito deste projecto, foi igualmente construída uma moderna unidade de tratamento de gás no Município do Soyo, que reforça a capacidade nacional de processamento de gás natural e contribui para a consolidação da indústria de gás no País.

A fábrica Angola LNG, no Soyo, inicialmente concebida para eliminar a queima de gás associado à produção petrolífera, continua a desempenhar um papel central na monetização do gás natural do país. A sustentabilidade desta unidade é actualmente reforçada por vários projectos, com destaque para o Sanha Lean Gas Connection que permite fornecer cerca de 600 milhões de pés cúbicos de gás por dia e o Quiluma e Maboqueiro que mencionei anteriormente.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Todos estes desenvolvimentos ganham verdadeiro significado quando se traduzem em benefícios concretos para os cidadãos e para as empresas angolanas.

É precisamente neste ponto que o Conteúdo Local no sector dos Petróleos assume uma importância relevante para o país.

Nos termos do Decreto Presidencial n.º 271/20, de 20 de Outubro, o Conteúdo Local no sector dos petróleos compreende toda actividade que promova a participação do empresariado e do cidadão nacional, a utilização de bens e serviços produzidos em Angola, bem como o recrutamento, a integração e o desenvolvimento sustentável da força de trabalho angolana.

O objectivo fundamental desta política é assegurar que os investimentos realizados na indústria petrolífera se traduzam em mais emprego, maior transferência de tecnologia, fortalecimento do empresariado nacional e criação de valor dentro da economia angolana.

O Ministério de Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET) é o responsável pela formulação das políticas e pela supervisão dos actos de

gestão do conteúdo local, cabendo à ANPG a gestão e a operacionalização do Decreto Presidencial n.º 271/20.

Este decreto estabelece a obrigatoriedade de contratação de bens e serviços de acordo com três regimes distintos, nomeadamente, Exclusividade, Preferência e Concorrência, cabendo à ANPG a responsabilidade de certificar as empresas e publicar anualmente as listas de bens e serviços associadas a cada um destes regimes. As primeiras listas foram publicadas no quarto trimestre de 2021, pelo que a implementação efectiva do decreto teve o seu início em 2022.

Os resultados alcançados nos últimos anos demonstram progressos relevantes na implementação desta política.

Entre 2022 e 2025, a ANPG homologou contratos no valor acumulado de aproximadamente 54,4 mil milhões de dólares, correspondentes aos investimentos realizados pelas operadoras nas áreas de exploração, desenvolvimento, administração e prestação de serviços associados às operações petrolíferas.

Deste montante global, cerca de 97%, equivalentes a aproximadamente 52,6 mil milhões de dólares, foram adjudicados a empresas registadas em Angola, incluindo Sociedades Comerciais Angolanas (SCA), detidas integralmente por cidadãos nacionais, e Sociedades Comerciais de Direito Angolano (SCDA), com estrutura de capital misto. Adicionalmente, cerca de 3% foi adjudicado a Sociedades Estrangeiras representando cerca de 1,8 mil milhões de dólares.

Importa igualmente destacar o crescimento progressivo da participação das Sociedades Comerciais Angolanas, empresas detidas integralmente por cidadãos nacionais, na cadeia de fornecimento do Sector.

Estas empresas representavam em 2022, cerca de 2% do valor das contratações celebradas no Regime de Exclusividade passando, para 4% em 2025. Contudo, este número não reflecte a real dimensão da participação das empresas nacionais na indústria, uma vez que as Sociedades Comerciais Angolanas participam igualmente nos Regimes de Preferência e Concorrência. Considerando todos os regimes de contratação, estas empresas representavam cerca de 4% de todos os contratos adjudicados em 2022, 6% em 2023 e 9% em 2024.

De Janeiro a Agosto de 2025, a participação das empresas detidas por cidadãos nacionais, isto é, Sociedades Comerciais Angolanas, chegou a atingir cerca de 12% das contratações. Entretanto, pela complexidade dos contratos homologados no último trimestre de 2025, essa participação

situou-se em cerca de 8%. Ainda assim, em termos absolutos, o valor adjudicado as empresas detidas por cidadãos nacionais, aumentou cerca de 104%, passando de aproximadamente USD 358 milhões em 2022, para cerca de USD 733 milhões em 2025.

Este crescimento demonstra que as empresas angolanas estão progressivamente a consolidar competências técnicas, organizacionais e financeiras, permitindo-lhes participar em segmentos cada vez mais exigentes da indústria petrolífera.

No âmbito do reforço da participação das Sociedades Comerciais Angolanas no sector petrolífero, a ANPG tem vindo a implementar um conjunto de iniciativas estruturantes orientadas para a capacitação e desenvolvimento sustentável do tecido empresarial nacional.

Destacam-se as Oficinas de Conhecimento, enquanto programa contínuo de partilha técnica, que permitiram capacitar ao longo de 2025, mais de 60 empresas certificadas, promovendo a disseminação de boas práticas e o alinhamento com os requisitos técnicos e operacionais da indústria.

Importa igualmente destacar o lançamento do Angola Hub de Transição Energética, desenvolvido em parceria com a ENI, que visa reforçar a competitividade e o perfil ESG das empresas nacionais, através da capacitação, digitalização e melhoria do acesso ao financiamento. Actualmente, mais de 3.200 empresas nacionais encontram-se registadas na base de dados da ANPG, das quais cerca de 1.400 obtiveram certificação, permitindo-lhes participar activamente na prestação de bens e de serviços à indústria petrolífera.

Para apoiar este processo de consolidação empresarial, a ANPG tem vindo a implementar diversas iniciativas de capacitação e de desenvolvimento empresarial dirigidas às empresas nacionais.

Entre estas iniciativas destacam-se as Oficinas de Conhecimento, um programa contínuo de partilha técnica que, ao longo de 2025, permitiu capacitar directamente mais de 90 empresas certificadas em matérias essenciais para a sua operação no sector.

Para além do fortalecimento das empresas nacionais, os resultados alcançados no domínio do emprego e da angolanação da força de trabalho são igualmente encorajadores.

Importa referir que sob coordenação do MIREMPET, a ANPG, no segmento do *upstream*, e o IRDP, no *midstream* e *downstream*, asseguram a implementação coerente e integrada da política de Conteúdo Local em toda a cadeia de valor do sector petrolífero.

É importante referir que as estatísticas apresentadas sobre o conteúdo local não incluem as empresas operadoras nacionais, nomeadamente, a Sonangol, a Etu Energias e a ACREP que cumulativamente contribuem com cerca de 4% da produção total do petróleo bruto do país.

Ainda assim, a Sonangol é o maior investidor no *upstream*, com participação em 41 concessões, sendo operadora em 11 blocos e detém os direitos de cerca de 18% de toda produção nacional. De igual modo, a Sonangol constitui também o maior empregador do Sector e um grande impulsionador de toda a cadeia de prestação de serviço nacional.

Em 2017, o segmento do *upstream* contava com uma força de trabalho total de 22.927 trabalhadores, com uma taxa de angolanização inferior a 70%.

Actualmente, o segmento do *upstream* do sector de hidrocarbonetos conta com 42.568 trabalhadores, dos quais 87% são angolanos, correspondendo a cerca de 37 034 profissionais nacionais.

Destes, aproximadamente 5.800 ocupam cargos de direcção e chefia, evidenciando progressos significativos no processo de angolanização das posições de maior responsabilidade na indústria.

Importa igualmente destacar que cerca de 15% destes quadros são mulheres, desempenhando funções nas áreas de engenharia, geociências e gestão operacional.

Para além do emprego directo no sector, os grandes projectos estruturantes em curso, como as refinaria de Cabinda e do Lobito, o Terminal Oceânico da Barra do Dande (TOBD) e o Projecto Amufert, contribuíram igualmente para a criação de empregos directos e indirectos temporários, bem como para a formação-técnica profissional associados às fases de construção e implementação destas infra-estruturas.

No segmento *downstream*, o IRDP, através das Sociedades Comerciais Angolanas e de Direito Angolano assegura a distribuição dos produtos refinados do petróleo através de 931 postos de abastecimento operacionais, com cerca de 37.240 postos de trabalho, na sua maioria jovens angolanos, entre os 25-45 anos.

De ressaltar que estes projectos reforçam a segurança energética, o abastecimento em derivados e a segurança alimentar. As tensões e incertezas no mundo, como por exemplo a situação actual no Médio Oriente, demonstram a assertividade da decisão do Executivo em executar estes projectos.

Com base nos planos de expansão da rede de distribuição de produtos refinados, as principais operadoras esperam construir mais 50 Postos de Abastecimento até 2027, com a perspectiva de criação de cerca de 2.250 postos de trabalho directos e indirectos associados a expansão da rede de distribuição.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A valorização dos técnicos e quadros nacionais, bem como o fomento da participação do empresariado nacional, em suma a valorização do conteúdo local não se circunscreve apenas a sua participação directa nas operações dos segmentos do *upstream*, *midstream* e *downstream*. São igualmente importantes as iniciativas de formação e os projectos sociais dedicados ao desenvolvimento de competências técnicas e a melhoria das condições de vida das nossas populações.

Neste contexto, o Sector tem priorizado a capacitação do capital humano através de uma estratégia de desenvolvimento progressivo. Consolidámos as instituições existentes antes de 2017, como o INP, o ISPTEC e o CFMA, que continuam a ser pilares da nossa formação técnica.

Tendo sido identificadas algumas lacunas no processo de formação, nomeadamente, a falta de cursos de engenharia aplicada aos desafios reais do Sector e a não utilização extensiva de oficinas e laboratórios, a partir de 2017 foram introduzidas melhorias curriculares, novos cursos, laboratórios diversos e formação técnico profissional dirigida nas instituições existentes, bem como, foram criadas instituições de ensino e formação que tornaram mais robusta a oferta formativa para o Sector.

Assim, para o INP foram instalados no Sumbe, novos laboratórios e um simulador de perfuração, enquanto em Luanda, foi aberto o Centro de Formação, Completação e Controlo de Poços, em Junho de 2025.

Quanto ao ISPTEC para além da melhoria dos currículos de licenciatura e laboratórios, está em fase de preparação a implementação de mestrados, nomeadamente em “Empreendedorismo e Inovação”, “Engenharia e Tecnologia” e também MBA’s em “Engenharia e Tecnologia” e “Marketing Digital”, para além de uma especialização em “Drones,

Operacionalização, Pilotagem e Manutenção”. Para além disso, gostaríamos de realçar a colaboração do ISPTEC com instituições de renome internacional, como o MIT e o College de Paris e também a inauguração da Escola 42, em 2023, um marco na inovação pedagógica.

No mesmo âmbito está a ser reestruturado o Centro de Formação Marítima de Angola, que passará a concentrar toda a formação de segurança e ambiente nas suas instalações de Cacuaco, enquanto o Centro do Sumbe será um Instituto Superior Náutico, cujo processo está em fase de aprovação. É notória a falta de processos de pesquisa e investigação dirigidos ao Sector, pelo que, foi aprovado durante o primeiro mandato de Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola, a implementação na cidade do Sumbe, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPD) da Sonangol com o objectivo de se dedicar a estudos ligados à actividade petrolífera e também aos minerais críticos para a transição energética, energias renováveis e biocombustíveis.

Destaque também para o financiamento da Sonangol, para a construção de 5 instituições de ensino superior, em diferentes províncias.

O Conteúdo Local também se reflecte nos projectos de responsabilidade social das instituições e empresas do Sector destinados à melhoria das condições de vida e ao empoderamento das comunidades, particularmente nas zonas adjacentes as áreas de exploração petrolífera. Estes investimentos abrangem os domínios como saúde, educação, desenvolvimento económico e social, ambiente, desporto e cultura.

No domínio da educação e da formação, foram construídas e reabilitadas dezenas de escolas e centros de formação técnico-profissional, contribuindo para um ensino de qualidade e para a capacitação de jovens e quadros nacionais.

Paralelamente, o MIREMPET, a ANPG, a Sonangol e diversas instituições do Sector, em parceria com empresas privadas e instituições públicas estrangeiras, têm atribuído bolsas de estudo internas e externas, sobretudo nas áreas de ciências, tecnologias, engenharias e matemática com o objectivo de capacitar jovens nacionais e colmatar a carência de quadros qualificados no nosso Sector.

No âmbito da aplicação do Decreto-Lei 17/09, de 26 de Junho, que visa a angolanização da força de trabalho do Sector, o MIREMPET tem prestado apoio a instituições de referência como a Universidade Agostinho Neto, a

Universidade Católica de Angola e ao Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional do MAPTSS.

Igualmente, algumas empresas têm desenvolvido programas de incentivo ao empreendedorismo jovem. Destacam-se, neste domínio, iniciativas como o projecto da TotalEnergies “100 anos, 100 empreendedores”, criado para assinalar o centenário da companhia, bem como o programa Sonajovem 5.0, da Sonangol. Em ambos os casos, os participantes beneficiam de acompanhamento técnico, apoio financeiro e mentoria até atingirem a sua maturidade empresarial. No domínio da saúde, os investimentos em projectos sociais têm contribuído para a construção, reabilitação e apetrechamento de diversas unidades hospitalares, reforçando a capacidade assistencial e melhorando a qualidade dos serviços prestados às populações.

No domínio do desenvolvimento económico e social, o Sector tem igualmente apoiado a construção de infra-estruturas agrícolas e sociais, a instalação de sistemas de energia eléctrica e de abastecimento de água potável em diversas províncias, bem como iniciativas de apoio directo a mulheres empreendedoras, jovens e pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social e o fortalecimento das economias locais.

As empresas do Sector têm igualmente desempenhado um papel relevante na promoção do desporto e da cultura, apoiando a requalificação de infraestruturas desportivas, o desenvolvimento de actividades desportivas escolares e comunitárias e o patrocínio a clubes que participam em competições nacionais e internacionais. No domínio cultural, destacam-se os apoios ao Carnaval, aos grupos teatrais e a diversas iniciativas de promoção das artes e da cultura angolana, contribuindo para a preservação das tradições e para o fortalecimento da identidade cultural do país.

Por fim, importa sublinhar o compromisso crescente do Sector com a protecção do ambiente e da biodiversidade. Entre as iniciativas em curso destacam-se projectos de conservação da Palanca Negra Gigante, o programa de conservação costeira Carbono Azul, implementado em várias províncias do país, e projectos de recuperação e protecção dos mangais, que contribuem para a preservação dos ecossistemas e para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O nosso foco tem sido, e continuará a ser, o reforço da angolanização das posições de gestão e liderança nas empresas do sector petrolífero, assegurando que cada vez mais quadros angolanos assumam responsabilidades estratégicas na condução das operações.

Neste contexto, foi igualmente dado um passo importante no domínio da valorização e normalização das profissões no sector petrolífero.

Com o apoio do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, foi aprovado o Decreto Executivo Conjunto n.º 13/24, que instituiu o Catálogo de Profissões do Sector Petrolífero.

Este instrumento estabelece critérios unificados para recrutamento, elegibilidade, remuneração e progressão de carreira, contribuindo para maior transparência, melhor organização das carreiras e valorização profissional no Sector.

Caros Presentes,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não obstante os progressos alcançados, reconhecemos que ainda subsistem desafios importantes a superar, nomeadamente no domínio da capacitação tecnológica, do acesso ao financiamento e da consolidação das empresas nacionais em segmentos mais complexos da cadeia de valor.

A estes desafios somam-se igualmente constrangimentos associados ao enquadramento cambial vigente, que continuam a limitar, em certa medida, a capacidade de financiamento e a competitividade das empresas nacionais na execução de projectos de maior escala no sector.

Por estas razões, o Executivo continuará a reforçar as políticas de promoção do Conteúdo Local, apostando na formação especializada, no fortalecimento do empresariado nacional e no desenvolvimento de instrumentos financeiros adequados às necessidades das empresas do Sector.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Gostaria de reconhecer a colaboração da ACEPA, AECIPA, ASSEA e outras instituições e entidades públicas e privadas em prol da melhoria da legislação e das acções do MIREMPET e das instituições reguladoras e apelamos para a continuidade desta colaboração para conjuntamente definirmos e executarmos as acções necessárias para o reforço da política

do Conteúdo Local, com especial destaque para as Sociedades Comerciais Angolanas, nomeadamente:

- A regulamentação do Decreto Presidencial n.º 271/20;
- A criação de uma plataforma digital integrada para registo, certificação, concursos e reporte de desempenho das empresas do sector;
- A promoção de fundos privados ou público-privados de suporte ao empresariado nacional e de parcerias público-privadas (PPP);
- A discussão sobre mecanismos de acesso a divisas pelas empresas residentes cambiais;
- O desenvolvimento de parques industriais e tecnológicos;
- A consolidação e expansão das iniciativas da banca nacional com linhas de crédito específicas, acessíveis e sustentáveis para as empresas do sector;
- O reforço da formação técnico-profissional e das parcerias entre instituições de ensino, centros de investigação e o sector produtivo, promovendo a inovação e a autonomia tecnológica nacional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os resultados que hoje partilhámos demonstram que o caminho que Angola escolheu para o sector petrolífero é um caminho de diálogo, transparência, reformas para incentivo ao investimento privado e, sobretudo, de valorização do talento e do empresariado nacional.

Ao promover a participação de profissionais e empresas nacionais em toda a cadeia de valor do sector petrolífero, o Conteúdo Local contribui para transformar os recursos naturais do país em oportunidades concretas de emprego, conhecimento, inovação e crescimento económico.

Ao mesmo tempo que consolidamos a fileira do petróleo e gás, continuamos igualmente a investir em novas fontes de energia, como os biocombustíveis, a energia solar e o hidrogénio verde, preparando Angola para um futuro energético mais diversificado e sustentável.

Permitam-me concluir reafirmando que o sucesso do Conteúdo Local depende da colaboração activa de todos os intervenientes do Sector: Governo, reguladores, operadoras, empresas nacionais, instituições financeiras e parceiros internacionais.

Só através de uma abordagem colaborativa, assente na confiança e na partilha de responsabilidades, conseguiremos construir um sector energético mais forte, mais inclusivo e mais sustentável.

Acreditamos que a aprovação ontem em Conselho de Ministro do novo Estatuto Orgânico da ANPG, irá conferir maior eficiência na operacionalização e gestão do conteúdo local.

O Executivo renova, assim, o seu compromisso de continuar a trabalhar com determinação para que cada investimento no sector petrolífero se traduza em mais valor para Angola, mais oportunidades para os angolanos e maior confiança no futuro do nosso país.

Aproveito para expressar os meus sinceros agradecimentos a Petroangola, organizadora deste evento.

Com este espírito de colaboração e confiança no futuro, declaro aberta esta Conferência sobre o Conteúdo Local, com o lema “Conteúdo Local, Um Compromisso Nacional”.

Muito obrigado pela atenção!

Luanda, aos 26 de Março de 2026.